



556

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete do Desembargador Antônio Carlos Alves da Silva

Av. Martins de Barros nº 593, Santo Antônio, Recife-PE – CEP: 50010-040. Tels.: (81) 3419-3672 / 3419.3742 (fax)

Embargos de Declaração em Revisão Criminal nº326315-2

Embargante: JOSÉ BATISTA FEIJÓ

Embargado: Ministério Público de Pernambuco

Origem: 3ª Vara do Tribunal do Júri da Capital-PE

Relator: Des. Antônio Carlos Alves da Silva

SEÇÃO CRIMINAL

EMENTA: DIREITO PROCESSUAL PENAL - EMBARGOS DECLARATÓRIOS - OMISSÃO E OBSCURIDADE - INEXISTÊNCIA - REJEITADOS À UNANIMIDADE.

- Inexistente qualquer das hipóteses do art. 619 do CPP, uma vez que o aresto embargado examinou, fundamentadamente, as questões pertinentes debatidas nos autos. Razão pela qual, não prosperam os embargos de declaração opostos.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos dos embargos de declaração nº 326315-2, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Desembargadores componentes da Seção Criminal deste Tribunal de Justiça, sessão de 03/07/2014, à unanimidade de votos, em rejeitar os embargos de declaração, nos termos do voto do Relator.

Recife, 3 de 07 de 2014.

Antonio Carlos Alves da Silva
Relator



557

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Antônio Carlos Alves da Silva

Av. Martins de Barros nº 593, Santo Antônio, Recife-PE – CEP: 50010-040. Tels.: (81) 3419-3672 / 3419.3742 (fax)

Embargos de Declaração em Revisão Criminal nº326315-2

Embargante: JOSÉ BATISTA FEIJÓ

Embargado: Ministério Público de Pernambuco

Origem: 3ª Vara do Tribunal do Júri da Capital-PE

Relator: Des. Antônio Carlos Alves da Silva

SEÇÃO CRIMINAL

RELATÓRIO

Trata-se de embargos de declaração opostos em face do acórdão de que indeferiu o pedido de Revisão Criminal nº326315-2.

Em suas razões, fls.509/525, o embargante aduz que há omissão e obscuridade no acórdão, sob o argumento de que não fora aplicada a atenuante da maior idade, bem como aduzindo que não ficou explícito o cálculo da aplicação da pena do embargante. Por tais razões, requer a aplicação da atenuante do art.65, I do CP.

Instado a se manifestar, o embargado pugnou pela rejeição dos embargos.

É o relatório.

À votação.

Recife, 3 de 07 de 2014.

Antônio Carlos Alves da Silva
Relator



558

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Antônio Carlos Alves da Silva

Av. Martins de Barros nº 593, Santo Antônio, Recife-PE – CEP: 50010-040. Tels.: (81) 3419-3672 / 3419.3742 (fax)

Embargos de Declaração em Revisão Criminal nº326315-2

Embargante: JOSÉ BATISTA FEIJÓ

Embargado: Ministério Público de Pernambuco

Origem: 3ª Vara do Tribunal do Júri da Capital-PE

Relator: Des. Antônio Carlos Alves da Silva

SEÇÃO CRIMINAL

Sr. Des. Presidente, Sr. Desembargador, Sr.(a) Procurador(a) de Justiça.

VOTO

Não assiste razão ao embargante. Isso porque, o acórdão recorrido apreciou as questões objeto do recurso de apelação, trazidas nestes embargos declaratórios, mormente no que diz respeito à atenuante prevista no art.65, I do CP.

Infere-se dos autos que o requerente, JOSÉ BATISTA FEIJÓ, foi denunciado pelo Ministério Público atuante na Comarca de Jurema/PE, pela prática do crime capitulado no artigo 121, § 2º, incisos II e IV c/c §4º, do Código Penal, por ter ceifado a vida da vítima Felipe Pereira de Souza, criança com 11(onze) anos de idade.

O embargante JOSÉ BATISTA FEIJÓ foi denunciado nos seguintes termos: "(...) No dia 23 de junho de 2000, por volta das 22h, na Travessa do Raposo, em frente ao nº120, no bairro de São José, Recife-PE, o denunciado produziu lesões corporais na pessoa de Felipe Pereira de Souza, criança de 11 anos de idade, as quais por sua sede e natureza provocaram-lhe a morte, conforme perícia tanatoscópica às fls.21.

Consta das peças informativas que a vítima retornava das festividades juninas, e ao passar em frente ao depósito de bebidas em que o denunciado atuava como segurança, o seu amigo Pedro Augusto de Moura Cavalcanti derrubou um papelão que se encontrava no portão do depósito. Nessa ocasião apareceu o denunciado proferindo palavrões e de arma em punho, tendo um dos integrantes do grupo de adolescentes gritado que atirasse com o seu revólver 'miado'. Irritado, o referido vigia resolveu atirar para cima, e quando o grupo correu disparou em direção ao mesmo, vindo a atingir a vítima, a qual faleceu em decorrência da gravidade do ferimento. (...)” fls.62/64

Submetido a julgamento perante a 3ª Vara do Tribunal do Júri da Capital-PE, em data de 10 de novembro de 2009, foi o requerente JOSÉ BATISTA FEIJÓ condenado nas sanções do artigo 121, § 2º, incisos II e IV, §4º do Código Penal à **pena definitiva de 16 (dezesseis) anos de reclusão**, a ser



359

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Antônio Carlos Alves da Silva

Av. Martins de Barros nº 593, Santo Antônio, Recife-PE – CEP: 50010-040. Tels.: (81) 3419-3672 / 3419.3742 (fax)

cumprida em regime inicial fechado, consoante sentença acostada às fls.254/256.

Inconformada com o veredicto, a requerente interpôs recurso de apelação (fls.269/280), distribuído sob o nº203618-8, à Relatoria da Desa.Alderita Ramos de Oliveira. Em sessão realizada no dia 12 de novembro de 2010, à **unanimidade de votos**, foi negado provimento ao recurso interposto pelo réu.

Cumpre registrar que o magistrado de origem fixou a pena base no mínimo legal, ou seja, 12 (doze) anos de reclusão, aumentando-a em 1/3 (um terço) por ter sido o crime cometido contra menor de idade (criança de 11 anos), totalizando uma reprimenda de **16 (dezesseis) anos de reclusão**.

No julgamento do recurso de apelação ficou consignado que com relação: *"(...) ao pedido de aplicação da atenuante prevista no art.65, I do CP, ou seja, ser o agente maior de 70 anos na data da sentença, melhor sorte não socorre ao requerente. Isso porque, o magistrado de primeiro grau fixou a pena base no mínimo legal, não podendo esta ser reduzida em razão da existência de atenuantes. Nesse sentido é a Súmula 231 do STJ: 'a incidência da circunstância atenuante não pode conduzir à redução da pena abaixo do mínimo legal'. Diante disso mantenho a reprimenda fixada na sentença (fls.254/256), mormente porque não há qualquer nulidade a ser reparada. (...)"* ✓

Da leitura do *decisum*, percebe-se que não há omissão a ser sanada, tendo em vista que as questões suscitadas pelo réu foram apreciadas por esta Colenda Corte. ✓

A função dos embargos de declaração é, apenas, a de afastar do acórdão qualquer omissão necessária para a solução da lide, não permitir a obscuridade por acaso identificada e extinguir qualquer contradição entre premissa argumentada e a conclusão. No caso *sub judice*, não vislumbro como acatar as razões recursais, visto que o v. acórdão embargado apreciou corretamente a matéria trazida à juízo, encerrando, com isso, sua prestação jurisdicional.

Os aclaratórios são de natureza, em princípio, meramente integrativa, sendo raros os casos em que a doutrina e a jurisprudência aceitam o caráter infringente. **Pretende o embargante, aqui, rediscutir questões já decididas e devidamente fundamentadas, não existindo omissão, obscuridade ou contradição.** ✓

Constata-se, portanto, que as alegações do embargante são desprovidas de qualquer fundamento legal, não merecendo ser acolhidas.



566

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Antônio Carlos Alves da Silva

Av. Martins de Barros nº 593, Santo Antônio, Recife-PE – CEP: 50010-040. Tels.: (81) 3419-3672 / 3419.3742 (fax)

Importante ressaltar que, tendo sido a matéria jurídica enfrentada, a exigência do prequestionamento está preenchida, mesmo sem a citação expressa dos dispositivos legais invocados pela parte. Suficientemente apreciadas, portanto, as questões, descabem os embargos, ainda que para fins de prequestionamento.

Neste sentido, eis a lição de Fredie Didier Jr. e Leonardo Cunha: *“Preenche-se o prequestionamento com o exame, na decisão recorrida, da questão federal ou constitucional que se quer ver analisada pelo Superior Tribunal de Justiça ou Supremo Tribunal Federal. Se essa situação ocorre, indubitavelmente haverá prequestionamento e, em relação a esse ponto, o recurso extraordinário eventualmente interposto será examinado. Partindo dessa premissa, é inócua a discussão quanto à possibilidade do chamado prequestionamento implícito”*¹.

Assim sendo, não se prestam os declaratórios para que se adapte a decisão ao entendimento do embargante, nem para combater a orientação adotada no julgado.

Ante o exposto, voto no sentido de **rejeitar os embargos de declaração**, por entender inexistentes os vícios elencados no art.619 do CPP.

É como voto.

Recife, 3 de 07 de 2014.

Antonio Carlos Alves da Silva
Relator

¹ DIDIER JR., Fredie; CUNHA, Leonardo. Curso de direito processual civil. 5. ed. Salvador: JusPODIVM, 2008, v. 3, p. 256.